

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 870, DE 2019
(Do Poder Executivo)

Organização da Presidência e dos Ministérios.

EMENDA MODIFICATIVA

Art. 1º - A Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019, passa a vigorar com as seguintes modificações:

“Art. 19

.....

XVII – da Cultura.

“Art. 50-A Constitui área de competência do Ministério da Cultura:

I – política nacional de cultura;

II – proteção de patrimônio histórico e cultural;

III – regulação de direitos autorais;

IV – assistência e acompanhamento da Casa Civil da Presidência da República e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) nas ações de regularização fundiária, para garantir a preservação da identidade cultural dos remanescentes das comunidades dos quilombos;

V – desenvolvimento e implantação de políticas e ações de acessibilidade cultural; e

VI – formulação e implementação de políticas, programas e ações para o desenvolvimento do setor museal.



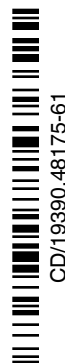
Art. 50-B Integram a estrutura básica do Ministério da Cultura:

- I – o Conselho Superior de Cinema;
- II – o Conselho Nacional de Política Cultural;
- III – a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura;
- IV – a Comissão do Fundo Nacional da Cultura; e
- V – até sete Secretarias.

Parágrafo único. Ato do Poder Executivo federal disporá sobre a composição e o funcionamento do Conselho Superior de Cinema, garantida a participação de representantes da indústria cinematográfica e videofonográfica nacional” (NR).

Em decorrência, ficam suprimidos os seguintes dispositivos Medida Provisória 870, de 1º de janeiro de 2019:

- Inciso XIV do Art. 23;
- Inciso XV do Art. 23;
- Inciso XVI do Art. 23;
- Inciso XVII do Art. 23;
- Inciso XVIII do Art. 23;
- Inciso XIX do Art. 23;
- Inciso III do Art. 24;
- Inciso XI do Art. 24;
- Inciso XII do Art. 24;
- Inciso XIII do Art.24;



- Inciso XIV do Art. 24 e

- § 2º do Art. 24.

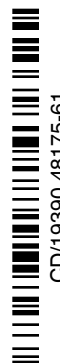
JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo manter a estrutura e as atribuições do Ministério da Cultura, extinto através da MP 870/2016, considerando a grande relevância deste órgão.

Segundo informes do setor cultural, no Brasil, o setor gera 2,7% do PIB e mais de um milhão de empregos diretos, englobando as mais de 200 mil empresas e instituições públicas e privadas. Conforme destaca informes do setor “são números superiores a muitos outros setores tradicionais da economia nacional. E a tendência é de contínuo crescimento”.

Tendo isso em conta, apoiamos a comunidade cultural na defesa da manutenção do MinC na estrutura governamental, como um órgão próprio e exclusivo para a gestão e a execução das políticas culturais, em parceria com os estados, distrito federal, municípios e a sociedade civil.

Entendemos ser fundamental o Estado ter a Cultura como um dos seus pontos centrais para o desenvolvimento do país. A Cultura, em nosso entender, tem importância social e econômica em razão da capacidade que tem para aglutinar e gerar riqueza financeira, além de empregos. Para tanto, o fortalecimento do Ministério da Cultura será de grande relevância para a promoção e fomento da cultura nacional.

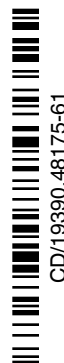


Diante disso, defendemos a apresentação de uma emenda aditiva com o objetivo de manter a estrutura e as atribuições do Ministério da Cultura.

Sala da Coordenação de Comissões Mistas, 06 de fevereiro de 2019.

RUBENS PEREIRA JÚNIOR

Deputado Federal



CD/19390.48175-61